

entreguem, juntamente com o requerimento de admissão, o documento exigido na alínea b) do número anterior ou que não declarem possuir os requisitos gerais de admissão a concurso, nos termos da alínea d), do n.º 12 do presente aviso.

15 — O júri pode exigir aos candidatos a apresentação de documentos comprovativos de factos por eles referidos que possam relevar para a apreciação do seu mérito.

16 — A relação de candidatos admitidos e a lista de classificação final serão afixadas nas instalações da Direcção-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça, situadas na Avenida Óscar Monteiro Torres, n.º 39, 1.º andar, 1000 — 216 Lisboa.

17 — O júri do concurso terá a seguinte composição:

Presidente — Carlos Jorge Rodrigues da Silva (Chefe de Divisão de Estatísticas de Justiça da Direcção-Geral da Política de Justiça).

Vogais efectivos:

1.º Vogal — José Afonso Nabais (Chefe de Sessão da Divisão de Estatísticas de Justiça da Direcção-Geral da Política de Justiça);

2.º Vogal — Maria Emilia da Silva Bessa (Coordenadora da Divisão de Estatísticas de Justiça da Direcção-Geral da Política de Justiça).

Vogais suplentes:

1.ª Vogal — Maria Helena Louro dos Santos — Técnica Superior de 1.ª Classe da Divisão de Recursos Humanos da Direcção-Geral da Política de Justiça);

2.ª Vogal — Maria José Ramos Ferreira — Técnica Superior de 2.ª Classe da Divisão de Recursos Humanos da Direcção-Geral da Política de Justiça).

25 de Novembro de 2008. — A Directora-Geral, *Rita Brito*.

Instituto Nacional de Medicina Legal, I. P.

Deliberação n.º 3222/2008

Nos termos do n.º 8 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto e por deliberação do conselho directivo do Instituto Nacional de Medicina Legal, I. P. (INML, I. P.), de 2 de Setembro de 2008:

Mestre Nuno Henrique de Picado Santos — nomeado para o cargo de chefe da Divisão Informática do INML, I. P., em comissão de serviço, pelo período de três anos, após procedimento concursal, em concordância com a proposta apresentada pelo júri do respectivo procedimento, por reunir os requisitos legais necessários e se considerar ser possuidor do perfil pretendido para o exercício do cargo posto a concurso, conforme decorre do respectivo currículo académico e profissional.

De acordo com o disposto no n.º 9 do citado artigo 21.º é fixada a data de 1 de Dezembro de 2008 para produção de efeitos da presente nomeação. (Não carece de visto ou declaração de conformidade do Tribunal de Contas.)

18 de Novembro de 2008. — O Presidente do Conselho Directivo, *Duarte Nuno Vieira*.

Nota curricular

Nome: Nuno Henrique de Picado Santos.

Data de nascimento: 18 de Julho de 1969.

Habilitações académicas:

Licenciatura em Engenharia Electrotécnica pela Universidade de Coimbra.

Mestrado em Gestão da Informação nas Organizações especialidade de Estatística e Sistemas de Informação nas Organizações pela Universidade de Coimbra.

Experiência profissional:

1997 — técnico superior no Departamento dos Serviços Técnicos da Câmara Municipal de Cantanhede.

1998 — engenheiro júnior nos Estaleiros Navais do Mondego, S. A.

Colaborador da Direcção de Projecto e Planeamento para a concepção de projectos de instalações eléctricas e electrónicas e da Direcção de Produção para a orçamentação de trabalhos de reparação em navios.

1999 — docente do 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Público do agrupamento de disciplinas de Tecnologias da Informação e Comunicação.

2000 — docente de carreira do ensino superior politécnico público no Instituto Politécnico de Leiria.

Docência no domínio dos sistemas de informação e comunicações multimédia. Actividade científica e de investigação em áreas relacionadas com a manipulação e codificação de imagem e vídeo digital, ambientes

3D virtuais, técnicas de *rendering* e programação orientada a objectos para aplicações para a Internet.

Co-autor de comunicações científicas na área das comunicações multimédia.

2004 — especialista de informática do quadro do Instituto Nacional de Medicina Legal, I. P.

Actuação na área dos servidores e sistemas operativos, administração e gestão de infra-estruturas e equipamentos da rede informática. Administração e gestão do domínio, dos sistemas de gestão de bases de dados, da rede privada da medicina legal e elaboração de auditorias à rede informática. Assessoria técnica especializada na área dos sistemas informação.

Desde 2006 coordenador da Unidade de Informática da Delegação do Centro e desde 2007 Coordenador Nacional para as Unidades de Informática. Responsável pelo planeamento, definição e cumprimentos dos objectivos nacionais e pela prossecução da política do INML, I. P., para área das tecnologias da informação e comunicação.

Frequência de cursos de formação profissional em áreas técnicas e comportamentais.

Deliberação n.º 3223/2008

Por deliberação do conselho directivo do Instituto Nacional de Medicina Legal, I. P., em sessão de 20 de Novembro de 2008:

Licenciada Paula Cristina Nunes Leitão Valente Venâncio Monsanto — autorizada a cessação da comissão de serviço no cargo de directora do Serviço de Toxicologia Forense da Delegação do Centro do INML, I. P., a seu pedido, com efeitos a 24 de Novembro de 2008. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

24 de Novembro de 2008. — O Presidente do Conselho Directivo, *Duarte Nuno Vieira*.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Inspeção-Geral do Ambiente e do Ordenamento do Território

Despacho n.º 31483/2008

Por despacho do Inspector-Geral do Ambiente e do Ordenamento do Território de 24 de Novembro de 2008.

João Paulo Moreira de Carvalho, Tiago Tavares Nogueira Sameiro de Sousa, Margarida Maria Bento Ferreira Simões e Vítor Manuel Correia Clamote, Inspectores do quadro de pessoal da Inspeção-Geral do Ambiente e do Ordenamento do Território, nomeados, precedendo concurso, Inspectores Principais do mesmo quadro de pessoal, nos termos do n.º 1 do artigo 41.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho e n.º 8 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com efeitos à data do despacho.

Estas nomeações têm cabimento orçamental confirmado por parte da 4.ª Delegação da Direcção-Geral do Orçamento (Declaração n.º 45/2008, de 14 de Novembro de 2008).

25 de Novembro de 2008. — A Directora de Serviços, *Ana Maria Veríssimo*.

MINISTÉRIOS DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO

Despacho n.º 31484/2008

Considerando o disposto no Decreto-Lei n.º 111/2001, de 6 de Abril, que estabelece os princípios e as normas aplicáveis à gestão de pneus usados, alterado pelo Decreto-Lei n.º 43/2004, de 2 de Março, e pelo Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de Setembro;

Considerando que a validade da licença para a gestão de um sistema integrado de gestão de pneus usados atribuída à VALORPNEU — Sociedade de Gestão de Pneus, L.ª (VALORPNEU), em 7 de Outubro de 2002, pelo prazo de cinco anos, foi prorrogada por um ano através do despacho conjunto n.º 4948/2008, de 25 de Fevereiro, dos Ministros